

Teorias, frameworks, e ontologia

GROVER MAXWELL

Traducción del inglés por Gilson Olegario de Silva



ENSAIO CLÁSSICO DE CARNAP «Empirismo, Semântica e Ontologia» (Reimpresso em *Meaning and Necessity*, 2ª ed., Chicago Univ. Press, 1955 —posteriormente: ESO) contém, creio, a base para a solução definitiva de todos os problemas ontológicos significativos. O modesto objetivo deste breve artigo (cuja responsabilidade é, claro, inteiramente minha) é adicionar alguns detalhes a uma parte da abordagem de Carnap e aplicá-los especificamente ao problema do estatuto ontológico das entidades teóricas.

A contenda central de Carnap parece ser que, para falar sobre quaisquer tipos de entidades e, portanto, *a fortiori*, falar de sua «realidade» ou existência, é necessário, primeiro, aceitar o «framework linguístico» que «introduz as entidades». O que «aceitação» de tal framework envolve? Primeiro, vamos considerar algumas das condições que *qualquer* framework linguístico (ou seja, qualquer linguagem) que fale descritivamente sobre o mundo deve cumprir. Haverá, é claro, um conjunto de regras de L-formação e de L-transformação (as regras «puramente sintáticas») e o conjunto correspondente de L-verdades que elas geram. Para simplificar, supomos que nenhum termo *explicitamente* definido seja introduzido. Embora isso seja assumido, devo argumentar (novamente seguindo Carnap) que qualquer framework deve conter certas sentenças que são *analíticas* (em sentido amplo) e, portanto, «factualmente vazias», mas que *não* são L-verdadeiras. Vamos chamar essas sentenças de «A-verdadeiras». ¹ Um conjunto de tais sentenças pode incluir, «Todos os objetos

* Originalmente publicado como: «Theories, Frameworks, and Ontology» *Philosophy of Science*, Vol. 29, No. 2 (Apr., 1962), pp. 132–138.

¹ Veja Carnap, «Meaning Postulates», *Philos. Studies*, 3: pp. 65–73 (1952) e «Beobachtungssprache and theoretische Sprache», *Dialectica*, 12: pp. 236–248 (1957), e também meu «Meaning Postulates in Scientific Theories», (doravante: MPST) em H. Feigl e G. Maxwell (eds.) *Current Issues in the Philosophy of Science* (doravante: CIPS) New York: Holt, Rinehart, and Winston, Inc., 1961, pp. 169–183.

G. Maxwell (✉)
University of Minnesota, USA.

Disputatio. Philosophical Research Bulletin
Vol. 10, No. 19, Dec. 2021, pp. 183–194
ISSN: 2254-0601 | [PT] | ARTÍCULO

físicos são extensos», «Nenhum objeto físico pode estar em dois lugares ao mesmo tempo», «Todas as cadeiras são objetos físicos», «Nenhuma superfície pode ser simultaneamente vermelha e verde por toda parte», «Se o evento A é anterior ao evento B, então B não é anterior a A», bem como «Todos os elétrons são eletricamente carregados», «A velocidade unidirecional da luz é independente da direção»² e muitos outros. (Por conveniência, usei o português comum, mas as mesmas considerações se aplicam a qualquer linguagem *construída* que tenha aplicação empírica.) Pode-se dizer que o conjunto de todas as sentenças A-verdadeiras L-independentes que contêm um determinado termo *define implicitamente* o termo, isto é, o significado *não ostensivo* do termo é completamente dado por tal conjunto. Considere, por exemplo, um assim chamado «termo teórico». Os postulados teóricos que contêm o termo (incluindo as chamadas «regras de correspondência») cairão em dois conjuntos, um contendo as sentenças A-verdadeiras que definem implicitamente o termo (além de fazer parte da definição implícita dos outros termos eles contêm), e o outro conjunto contém afirmações contingentes, que estão sujeitas a confirmação ou desconfirmação empírica.³ Além disso, um framework descritivo deve conter um conjunto de sentenças cujo valor de verdade é *rapidamente decidível* em uma base não-linguística (ou seja, não inferencialmente decidível). Estas correspondem, claro, às chamadas «afirmações de observação singulares». Não é necessário, nem desejável, que tais afirmações sejam incorrigíveis ou indubitáveis, ou que uma distinção nítida entre termos observacionais e teóricos seja traçada. Finalmente, para qualquer framework desse tipo, deve haver um conjunto de regras ou procedimentos por meio dos quais as *afirmações universais* (observacionais e teóricas) e as afirmações *teóricas singulares* sejam confirmadas e desconfirmadas.

É evidente que o ônus de atribuir a «natureza essencial» de um tipo de

² Para argumentos de que essa sentença, como é utilizada na teoria física de hoje, é «convencional» e, então, factualmente vazia e A-verdadeira, veja A. Grünbaum, «Geometry, Chronometry, and Empiricism», em H. Feigl e G. Maxwell (eds.) *Minnesota Studies in the Philosophy of Science* (doravante: MSPS), Volume III, Minneapolis: University of Minnesota Press, no prelo.

³ Aqui me afasto consideravelmente da última interpretação de teorias de Carnap, que é esboçada no artigo da *Dialectica* (*loc. cit.*) e no qual emprega apenas um A-postulado — um postulado que contém a teoria científica inteira em questão (mais regras de correspondência) juntamente com sua sentença–Ramsey. Muito embora esse tipo de reconstrução seja viável e, de muitas formas, esclarecedora. Sinto que quando se está preocupado com os significados de termos individuais, uma abordagem menos global, como essa que recém esbocei, é preferível.

entidade *e*, *a fortiori*, de introduzir *novos* tipos de entidade recai sobre o conjunto de sentenças A-verdadeiras contendo termos que designam as entidades em questão. Tais sentenças devem cumprir os seguintes requisitos: (1) Devem ser consistentes com as sentenças A-verdadeiras pré-existentes do framework ou o último deve ser modificado para que o conjunto total seja consistente, (2) a conjunção do conjunto total de sentenças A-verdadeiras *deverem ser*, de fato, A-verdadeiras, ou seja, as regras que introduzem o novo tipo de entidades não devem ter consequências contingentes, e (3) o(s) significado(s) dado(s) ao(s) novo(s) termo(s) deve(m) cair dentro de um intervalo vagamente especificado de uma «medida de riqueza», que só posso esboçar aqui por meio de um exemplo simples. Suponha que pretendamos introduzir um «novo» tipo de entidades, glub-glubs, por meio da única sentença A-verdadeira, «Algo é um glub-glub *se e somente se* for um cavalo». O significado de «glub-glub» aqui é muito rico; não queremos dizer que a introdução de um mero sinônimo introduz um novo tipo de entidade. Suponha, por outro lado, que glub-glubs sejam «introduzidos» pela *única* sentença A-verdadeira, «Algo é glub-glub *se for* um cavalo». Aqui, o significado de «glub-glub» é muito *pobre*. Embora a realidade (existência) de glub-glubs decorra da existência de cavalos e embora a classe de glub-glubs não seja identificada com a classe de cavalos, a questão permanece: Qual é o sentido de introduzir o termo «glub-glub» aqui?

Vamos supor que o Sr. A e o Sr. B tenham algum framework, L, em comum, i.e., que eles podem se comunicar por meio de L. O Sr. A diz: «Tenho a intenção de enriquecer L conectando termos que se referem a um novo tipo de entidades, ϕ s, com alguns dos termos, afirmações, etc. de nosso framework por meio de sentenças A-verdadeiras apropriadas». Ora, desde que as sentenças A-verdadeiras de A atendam aos requisitos listados acima, nada além de pura perversidade pode impedir B de dar-lhe uma audição tentativa e simpática. Então, se A dá o passo *adicional* de afirmar a realidade do novo tipo de entidades, isto é, de *afirmar que ϕ s existem*, ele deve produzir uma sentença *contingentemente* verdadeira (usando as regras de confirmação de L junto com algumas declarações, rapidamente decidíveis, verdadeiras) que implicam a sentença, «Existem ϕ s». Se ele o fizer, então parece-me que B deve concordar, «Sim, no seu sentido de « ϕ », ϕ s existem;» entretanto, ele *pode* querer adicionar: «Mas por que falar desse modo? Por que não falar da maneira que estou prestes a propor? É mais simples (ou mais conveniente —ou mais bonito)».

Consideremos um exemplo simples. O Sr. A propõe descrever as superfícies que o Sr. B (como a maioria de nós) chamaria de «chartreuse» como sendo

amarela e verde por toda parte. «Além disso,» argumenta ele, «uma solução quase opaca de fluoresceína apresenta o que, em certo sentido (o *sentido que estou propondo*), é um exemplo notável de uma superfície que é verde e amarela por toda parte, e tal solução de merthiolate é simultaneamente vermelha e verde».⁴ O Sr. A. também introduz o termo de classe (palavra «tipo»)⁵ «superfície multicolorida» para designar seu «novo tipo de entidade». Suponha que o Sr. B se oponha, insistindo em locuções como «verde-amarelado», «verde-avermelhado», etc. Então os frameworks de A e B seriam diferentes no sentido de que incorporariam, respectivamente, significados ligeiramente diferentes de palavras como «superfície colorida», «vermelha», «verde», etc.; por exemplo, no framework de B, a sentença «Nenhuma superfície pode ser simultaneamente toda vermelha e verde» seria A-verdadeira, enquanto no de A seria *contingentemente* falsa. E, uma vez que, em princípio, A e B podem, cada um em seu respectivo framework, expressar e explicar todos os «fatos» relativos às *superfícies coloridas* (em qualquer dos sentidos), «os fatos» nunca podem obrigar um a aceitar o framework do outro;⁶ e Quando A e B pronunciam, respectivamente, «*Existem* superfícies multicoloridas» e «*Não* existem superfícies multicoloridas», eles *não* estão expressando nenhuma discordância cognitiva — simplesmente porque não estão usando «superfície multicolorida» no mesmo sentido. Tomadas como «afirmações internas» (Carnap [ESO]) em seus respectivos frameworks, cada afirmação é (contingentemente!) verdadeira. Construídas como respostas putativas a uma «questão externa» (*ibid.*), as sentenças *não* são afirmações cognitivas; no máximo, eles meramente *evidenciam* as atitudes de A e B em relação a seus respectivos frameworks.

Examinemos, com mais detalhes, uma questão sobre a qual Carnap tem sido tantalizantemente conciso: quais são os fatores relevantes para a justificação

⁴ Para considerações relacionadas e interessantes sobre superfícies multicoloridas, veja J. J. C. Smart, «Incompatible Colors», *Philos. Studies*, 10: pp. 39–42 (1959).

⁵ Cf. Wilfrid Sellars, «Grammar and Existence: a Preface to Ontology», *Mind*, no prelo, e Carnap [ESO].

⁶ No entanto, se exemplos similares a fluoresceína e merthiolate e outros ainda mais impressionantes, que agora estão além dos limites de nossa imaginação, começassem a aparecer cada vez mais frequentemente, «os fatos» poderiam «gentilmente persuadir» (veja meu MPST) B a adotar o framework de A. Pois tal modo de falar pode tornar-se um meio de comunicação mais simples — ou esteticamente mais agradável — ou mais conveniente (embora não seja mais «logicamente adequado»).

(vindicação) «pragmática» de um framework?⁷ Ou: o que significa um framework ser *mais útil* do que outro? Creio que haja dois problemas aqui que têm sido frequentemente fundidos. (Veremos, no entanto, que, de fato, eles *não* são completamente desembaraçáveis um do outro. O primeiro é: qual requisito deve ser cumprido por *qualquer* framework descritivo digno desse nome? O segundo é: dado que dois ou mais frameworks atendem a esse requisito, quais são os fatores adicionais relevantes para nossa escolha de um em vez de outros?

As respostas para a, muito mais fácil, segunda pergunta são, creio: simplicidade; facilidade de compreensão, comunicação e cálculo e outras manipulações inferenciais; e também considerações estéticas (incluindo até mesmo gostos idiossincráticos pessoais, desde que possamos persuadir outros usuários relevantes da linguagem a aceitar nossos frameworks). Chamarei esses fatores de «puramente pragmáticos» ou *úteis* em sentido fraco.⁸

Como uma investida inicial sobre a primeira pergunta podemos dizer que um framework deve fornecer o aparato linguístico para «dizer tudo o que queremos dizer» ou para relatar, explicar e prever todos os «fatos». Nenhuma dessas respostas é de muita ajuda; pois, como diz Carnap [ESO], alguns de nós podem «querer» abster-se completamente de falar, e justamente o que *são* «os fatos» é, claro, parte daquilo que está em questão (ou seja, do que consiste o mundo, o que existe, como a «realidade» é «realmente», etc.). Nosso acesso experiencial aos fatos, sejam eles o que forem, é, claro, via declarações *rapidamente decidíveis* de nosso framework. Se estivermos imbuídos de uma quantidade razoável de curiosidade e um desejo de aumentar nosso estoque de conhecimento, então tanto nossos atos individuais de simbolizar tais declarações quanto nossa tendência de aumentar seu número e sua variedade (por exemplo, aumentando o número de primitivos empregados nelas) são «forçados sobre nós» de uma maneira mais «sentida» que descrita.⁹ Ora, embora estejamos aqui

⁷ Para uma excelente discussão do número de problemas envolvidos aqui veja H. Feigl, «*De principiis non disputandum?*» em M. Black (ed.) *Philosophical Analysis*, Ithaca: Cornell University Press, 1950.

⁸ Muito embora, é claro, esse é um sentido extremamente importante. Um framework que fosse tão complicado que a compreensão, comunicação, ou computação dentro dele fosse virtualmente impossível seria virtualmente *inútil* em qualquer sentido da palavra.

⁹ A tarefa pseudo-epistemológica de explicar nossa capacidade de usar as declarações rapidamente decidíveis para fazer «relatos factuais» pode, de fato, ser realizada — ou, melhor, poderia ser realizada se tivéssemos teorias científicas adequadas da percepção, de processos cerebrais, de «mecanismo de *tokening*», etc. Mas tal tratamento *teria* que empregar um framework incluindo, é claro, *algumas* declarações rapidamente decidíveis. Por isso, e por razões apresentadas no texto, a epistemologia deve

claramente tão perto da «substrato rochoso» [*rock bottom*] quanto jamais chegaremos, seria um erro confortarmo-nos com rótulos como «o Dado», «experiência direta», «observado diretamente», etc. e supor que a parte «observacional» de um framework é imune a modificações e avaliações racionais e teóricas. Já vimos como isso pode ser feito até mesmo para os predicados de «observação primitiva» «vermelho» e «verde». *No entanto*, uma vez que as declarações rapidamente decidíveis são, em certo sentido, uma espécie de ponto de partida ou «ponto de largada [*jumping-off place*]», o fato de que um framework nos permite expressar um maior número e uma grande variedade de «fatos observacionais» e — *e isso é crucial* — *explicar esses fatos* é uma boa indicação de que se aproxima mais do requisito mencionado na primeira pergunta¹⁰ — um requisito que só fui capaz de formular de maneira grosseira. (Chamarei esse requisito de *condição de adequação* de um framework ou *utilidade em sentido forte* — embora pareça um pouco enganoso usar aqui uma palavra tão fraca como «utilidade».) A *explicação*¹¹ é importante, em parte por si mesma, em parte por seu papel na predição, mas principalmente porque a experiência e a análise mostram que os *fatos* sobre as entidades («teóricas») que invocamos em nossas explicações compreendem um reino indispensável da totalidade dos «fatos sobre o mundo». Isso pode ser defendido de muitas maneiras,¹² talvez a mais óbvia seja o fato de que, à medida que nossas teorias e instrumentos de observação são desenvolvidos e aprimorados, o que antes eram entidades «teóricas» se tornam «observáveis». Além disso, a linha de distinção entre o «teórico» e o «observável» é sempre difusa e até certo ponto arbitrária

sempre conter, essencialmente, um elemento de circularidade (Carnap, creio, também tratou desse ponto). Eu uso o termo «pseudo-» acima não como um epíteto, mas para enfatizar que tal tratamento «epistemológico» não pode ser dado usando apenas considerações «puramente lógicas», ou «puramente conceituais» ou «puramente metafísicas». Para considerações úteis sobre esses problemas, veja Wilfrid Sellars, «Some Reflections on Language Games», *Philosophy of Science* 21: pp. 204–228 (1954) e «Empiricism and the Philosophy of the Mind», em MSPS, Vol. I.

¹⁰ Cf. Wilfrid Sellars, «... Language Games», *loc. cit.*, § 67.

¹¹ [N. do T.] Maxwell utiliza «explanation» para o que Carnap chama de «explication». Este reserva «explanation» para a fase preparatória, de formulação, de uma explicação (ver *Logical Foundations of Probability* § 2).

¹² Veja, e.g., H. Feigl, «Existential Hypotheses», *Philosophy of Science* 17: pp. 35–62 (1950); Wilfrid Sellars, «The Language of Theories» in CIPS; Paul K. Feyerabend, «An Attempt at a Realistic Interpretation of Experience», *Proc. Arist. Soc.* pp. 144–170 (1958); M. Scriven, «Definitions, Explanations, and Theories», em MSPS, Vol. II; e meu «The Ontological Status of Theoretical Entities», MSPS, Vol. III.

(ver Feyerabend, *loc. cit.* e Maxwell, *loc. cit.*).

Um problema crítico permanece. Vimos que, como Carnap enfatizou [ESO], nossa escolha de um framework será, em geral, influenciada pelo conhecimento teórico (factual). Surge a pergunta: como esse conhecimento deve ser expresso? A resposta é, obviamente, em um ou outro *framework*, e deve ser um que já esteja em uso. Portanto, nunca pode haver algo como a adoção abrupta e indiscriminada de um framework completamente novo, nem o abandono total e abrupto de um framework em uso atualmente. Um «novo» framework sempre consistirá em pelo menos uma parte de um «velho» *mais* novas regras, novas A-verdades, etc. A modificação de um framework (e, na verdade, devemos apenas falar de *modificação* em vez de *adoção* de «novos» frameworks) é uma operação de «*bootstrap*». Uma parte dele será usada para fornecer argumentos,¹³ alguns dos quais geralmente conterão premissas factuais, sobre a qual outra parte dele deve ser enriquecida, modificada ou abandonada. Mesmo quando estamos avaliando um framework, ou parte dele, para a *condição de adequação*, devemos, ao fazê-lo, empregar *algum* framework ou parte dele, a escolha de qual, por sua vez, deve ter sido feita apenas com base em sua adequação, e, necessariamente terá sido influenciada por alguns fatores «puramente pragmáticos» (preferências, se nada mais, decorrentes da experiência linguística passada). Isso mostra por que o empreendimento epistemológico deve ser até certo ponto circular e por que a *condição de adequação* nunca pode ser completamente extricada de considerações *puramente pragmáticas*. Lamento que nunca possamos chegar exatamente em um fundamento firme na vindicação de um framework e que não possamos dar um passo atrás e, em grandeza metafísica, tomar nossas decisões filosóficas independentemente de todo e qualquer framework, mas, como diz Bertrand Russell, isso não é culpa minha.

No que diz respeito às entidades teóricas, o desfecho deve ser óbvio. As

¹³ Uma vez que a primeira linguagem que aprendemos a falar é (suponho, por *definição*) «linguagem ordinária», segue-se que quando *começamos* a modificar e enriquecer nosso framework, seja por teorização científica ou por análise filosófica, tanto a parte *examinada* quanto a parte do framework com o qual *realizamos o exame* serão partes do framework «ordinário». E, para muitos propósitos, ligeiras modificações nesse framework «ordinário» são, em geral, suficientes. Mas também deveria ser óbvio que, continuando o processo gradativo de modificação, por meio do qual adicionamos novos termos e novas A-verdades e abandonamos as antigas, seria possível, em princípio, substituir completamente o framework «ordinário» (ou qualquer outro). (Cf. G. Maxwell e H. Feigl, «Why Ordinary Language Needs Reforming», *Journal of Philosophy*, V. 58, no. 18 (31 de agosto de 1961).

sentenças A-verdadeiras que mencionam tais entidades dizem como elas *devem* (dentro de um determinado framework), e os postulados contingentes que as mencionam nos dizem como elas *podem* (se os postulados são verdadeiros, como eles de fato são), *diferir* ou *se assemelhar* a entidades com as quais talvez estejamos mais familiarizados. Nenhuma questão metafísica sobre sua natureza ou seu «estatuto de realidade» é deixada de fora. Se houver sentenças altamente confirmadas que envolvem a sentença «Existem ϕ s», onde ϕ s são uma espécie de entidades teóricas, então é altamente confirmado que ϕ s desfrutam de uma «existência plena» — assim como de «tanta realidade» — como qualquer outro tipo de entidade.

Considere — um exemplo bastante extremo — linhas de força em, digamos, um campo magnético. Se temos teorias que são altamente confirmadas e que, juntamente com outras afirmações contingentes verdadeiras (ou altamente confirmadas), implicam que existem linhas de força, então é altamente confirmado que linhas de força existem (são reais). É verdade que não são objetos físicos (nem, suponho, são fótons ou, por falar nisso, sombras ou dores no dedão do pé); as próprias A-verdades que os envolvem nos dizem isso; e o conjunto total de tais A-verdades deve dissipar completamente quaisquer ansiedades ontológicas que possamos sentir a respeito delas. É verdade que, sendo nossas teorias o que são, podemos não estar bem certos de qual seria o conjunto selecionado mais feliz de tais A-verdades. Mas isso de forma alguma sugere que as linhas de força são «ficções convenientes» — não mais do que são isóbaras, as linhas de igual elevação correspondendo a linhas de contorno em um mapa, gradientes de temperatura, etc.

Se alguém impugna o estatuto de entidades teóricas, cabe-lhe produzir um framework que preencha a *condição de adequação* e que não mencione tais entidades ou, ao menos, mostrar que teorias (devidamente reconstruídas) atuais *não* preenchem esta condição; ele também deve explicar como é que algumas entidades que antes eram «teóricas» são hoje «observáveis», por ex. micróbios, certos vírus (via microscópio eletrônico), etc.¹⁴

¹⁴ Pode parecer, superficialmente, que as teses centrais deste artigo dependem de uma distinção nítida entre A-verdade e contingência. No entanto, acredito que elas podem ser facilmente acomodadas para aqueles que preferem uma reconstrução, digamos, do tipo quiniano, por um lado, ou um tipo (Wilfrid) Sellarsiano, por outro. Em tais reconstruções, quaisquer declarações nomológicas [*lawlike*] desempenhariam um papel duplo. Seriam um «princípio de framework» e, portanto, parte da definição implícita dos termos não lógicos que ocorrem nele, e também expressaria uma lei factualmente não vazia.

REFERENCIAS

- CARNAP, Rudolf (1957) “Beobachtungssprache and theoretische Sprache”, *Dialectica*, 12: pp. 236-248.
- CARNAP, Rudolf (1950) “Empiricism, Semantics, and Ontology”, *Revue Internationale de Philosophie*, 4(11), pp. 20-40; reimpresso em *Meaning and Necessity*, 2^a ed., Chicago Univ. Press, 1955.
- CARNAP, Rudolf (1952) “Meaning Postulates”, *Philos. Studies*, 3: pp. 65-73.
- FEIGL, Herbert (1950) “*De principiis non disputandum?*” em M. Black (ed.) *Philosophical Analysis*, Ithaca: Cornell University Press.
- FEIGL, Herbert (1950) “Existential Hypotheses”, *Philosophy of Science* 17: pp. 35-62.
- FEYERABEND, Paul. K. (1958) “An Attemptd at a Realistic Interpretation of Experience”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, 58: pp. 144-170.
- GRÜNBAUM, Adolf (1962) “Geometry, Chronometry, and Empiricism”, em *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, Volume III, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 405–526.
- MAXWELL, Grover. e FEIGL, Herbert. (1961) “Why Ordinary Language Needs Reforming”, *Journal of Philosophy*, 58: pp. 488-498.
- MAXWELL, Grover (1961) “Meaning Postulates in Scientific Theories”, em *Current Issues in the Philosophy of Science*, New York: Holt, Rinehart, and Winston, Inc., pp. 169--183.
- MAXWELL, Grover (1962) “The Ontological Status of Theoretical Entities”, em *MINNESOTA Studies in the Philosophy of Science*, Volume III, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 132–138.
- SCRIVEN, Michael (1958) “Definitions, Explanations, and Theories”, em *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, Volume II, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 99–195.
- SELLARS, Wilfrid (1956) “Empiricism and the Philosophy of the Mind”, em *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, Volume I, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 253–329.
- SELLARS, Wilfrid (1960) “Grammar and Existence: a Preface to Ontology”, *Mind* 69 – 276, pp. 499–533.

SELLARS, Wilfrid (1954) “Some Reflections on Language Games”, *Philosophy of Science* 21: pp. 204–228.

SELLARS, Wilfrid (1961) “The Language of Theories”. In *Current Issues in the Philosophy of Science* New York: Holt, Rinehart, and Winston, Inc.

SMART, John. J. C. (1959) “Incompatible Colors”, *Philos. Studies*, 10:pp. 39–42



Theories, Frameworks, and Ontology

Utilizing Carnap's notions of “questions [or assertions] within a framework” and “questions [or assertions] about a framework” and his account of A-truth (analyticity in the broad sense), a theory of the ontological status of entities — in particular, that of theoretical entities — is adumbrated. In addition to the usual L-rules, each conceptual framework considered embodies a set of sentences whose truth value is quickly decidable on other than purely linguistic grounds, a set of A-true formulae, and a set of rules for the confirmation and disconfirmation of non-L-true, non-A-true formulae which are not quickly decidable. Criteria which acceptable sets of A-true formulae must fulfill are given. Using this apparatus, a schema for a realistic interpretation of scientific theories is outlined.

Keywords: theories · framework · Carnap · ontology · pragmatics.

Teorias, frameworks, e ontologia

Utilizando as noções de Carnap de “questões [ou asserções] dentro de um framework” e “questões [ou asserções] sobre um framework” e sua explicação da A-verdade (analiticidade no sentido amplo), uma teoria do estatuto ontológico de entidades — em particular, de entidades teóricas — é esboçada. Além das L-regras usuais, cada framework conceitual considerado incorpora um conjunto de sentenças cujo valor de verdade é rapidamente decidível por outros motivos que não puramente linguísticos, um conjunto de fórmulas A-verdadeiras e um conjunto de regras para a confirmação e desconfirmação de fórmulas não-L-verdadeiras, não-A-verdadeiras que não são rapidamente decidíveis. São fornecidos os critérios que os conjuntos aceitáveis de fórmulas A-verdadeiras devem cumprir.

Palabras Clave: teoria · framework · Carnap · ontologia · pragmática..

GROVER EDWARD MAXWELL foi professor da Universidade de Minnesota e membro (e diretor) do Centro para a Filosofia da Ciência na mesma universidade.

GILSON OLEGARIO DA SILVA atualmente é professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Doutor em Filosofia [≈ PhD] pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, com a tese: «Os empiristas vão à missa: compromissos ontológicos e frameworks linguísticos». Seus principais interesses concentram-se nos problemas circunscritos à Ontologia, Metametáfísica, História & Filosofia da Ciência, ao Positivismo Lógico e a reavaliação da filosofia de Rudolf Carnap; principalmente nos fundamentos das teorias científicas e na sua estruturação formal.

INFORMACIÓN DE CONTACTO | CONTACT INFORMATION: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Rua Cora Coralina 100, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo. CEP 13083 - 896, Campinas, São Paulo, Brasil. e-mail (✉): gilsonolegario@gmail.com·iD: <https://orcid.org/0000-0003-4810-2893>.

HISTORIA DEL ARTÍCULO | ARTICLE HISTORY

Received: 11—June—2021; Accepted: 29—September—2021; Published Online: 30—December—2021

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO | HOW TO CITE THIS ARTICLE

Maxwell, Grover (2021). «Teorías, frameworks, e ontologia». *Disputatio. Philosophical Research Bulletin* 10, no. 19: pp. 183–194.

© Studia Humanitatis — Universidad de Salamanca 2021